



EDIÇÃO Nº 7 – OUTUBRO 2010 / SETEMBRO 2011

- Ser família hoje – transformações, tendências e diversidades
- Projecto em contexto escolar de intervenção/prevenção em saúde sexual e reprodutiva
- Actividade para trabalhar com os alunos - Sexualidade e sociedade: pensar sobre a (s) família (s)
- Guia para o Desenvolvimento de Políticas sobre Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva de Jovens na Europa, um manual de leitura recomendada

Educação Sexual em Rede

Director

Duarte Vilar

Director Adjunto

Eugénia Lemos

Coordenadora

Elisa Guerreiro

Conselho Editorial

Adelaide Brito

António Filhó

Eduarda Meneses

Fátima Forreia

Fernanda Branco

Gabriela Moita

Helena Camacho

Isabel Carreira

Ivone Félix

Jesuína Pereira

Manuela Sampaio

Milice Ribeiro

Redacção

António Manuel Marques

Duarte Vilar

Elisabete Carriço

Elisabete Souto

Propriedade

APF – Associação para o Planeamento da Família

Redacção e Sede

Rua Artilharia Um, 38 – 2º Dto. – 1250-040 Lisboa

Tel.: 21 385 39 93 – Fax: 21 388 73 79

E-mail: apfsede@apf.pt

Projecto Gráfico

Salomé Lage

riskideia@clix.pt

Desenvolvimento e Paginação

Alfaprint, Lda.

geral@alfaprint.pt

Impressão

AlfaPrint, Lda

Tiragem

2500 exemplares

Depósito Legal

232890/05

Registo

124708

ISSN

1646-1541

Imagem da Capa:

Puzzle da APF, Quem Sou Eu? Os afectos e a sexualidade

Preço de Capa

€ 4.00

Sumário

■ Edição nº 7 - Outubro 2010 / Setembro 2011 ■

Editorial

- 1 Bem me queres ou mal me queres?
– Duarte Vilar

Reflexão e Debate

- 2 Ser família hoje
– Milice Ribeiro dos Santos

Por estas Bandas

■ PROJECTOS EM CURSO ■

- 5 Considerações sobre um Projecto de Intervenção em Saúde Sexual e Reprodutiva
– Inês Matos

Trabalhando Temas

- 9 Sexualidade e Sociedade - Pensar sobre a(s) Família(s)

Recursos

- 12 Um Guia para o Desenvolvimento de Políticas sobre Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva de Jovens na Europa

Bem me queres ou mal me queres?

Duarte Vilar

■ Director ■

Esta edição da Revista *Educação Sexual em Rede* é publicada no início de mais um ano lectivo e também de um novo ciclo político em Portugal.

Antes de escrever este editorial lemos atentamente o programa da área da educação do novo Governo que, como é público e conhecido, está muito centrado na eficácia e qualidade da escola e da aprendizagem nas competências académicas dos alunos, nomeadamente no português e na matemática.

Procurámos atentamente alguma referência às áreas não académicas que nos últimos anos têm sido matéria de legislação e de propostas diversas.

Educação para a Saúde, Educação para a Cidadania, Educação Sexual... nada encontramos!

A leitura pode ser feita de uma forma positiva ou de uma forma negativa.

A positiva: dado que o Programa de Governo não faz referência a estas áreas, talvez as mesmas já não constituam áreas de divergência e de especial importância e, assim, trata-se de continuar a implementar o que já existe.

E o que já existe é, por exemplo, a Lei 60/2009 e a sua regulamentação através da Portaria 196; o Relatório Final do GTES – Grupo de Trabalho em Educação para a Saúde/Educação Sexual; ou ainda a novíssima disciplina de Formação Cívica, no 10º Ano, que pode conter estas áreas não académicas mas que ainda se desconhece o que poderá vir a ser.

O que existe, em muitas centenas de escolas, é já uma organização regular destes temas, através de Projectos de Educação para a Saúde, Professores Coordenadores de Educação para a Saúde, Gabinetes de Educação para a Saúde e um sem número de formas mais ou menos inovadoras de integrar as temáticas da saúde, da sexualidade e da cidadania nos projectos educativos, nas práticas profissionais, na organização do novo ano lectivo, ou seja, nas rotinas das escolas (entendendo-se aqui rotina como regularidade e não como inércia).

Estando prevista (Lei 60/2009) a apresentação na Assembleia da República de um relatório sobre a aplicação dessa mesma lei pelo Ministério da Educação, trata-se de ultrapassar as velhas polémicas e obstáculos, de avaliar a qualidade da educação sexual e também a qualidade das escolas enquanto instituições promotoras da saúde e da cidadania.

A negativa: não constando, estas áreas poderão uma vez mais ser esquecidas, num faz de conta quanto à existência de leis e de normativas sobre elas. A ser assim, e como aconteceu em outras épocas, o Ministério da Educação demitir-se-ia de qualquer papel activo na promoção da educação sexual porque se pensa que as escolas devem limitar-se a gerar saberes e competências técnicas e científicas que possam ser usadas no progresso académico e profissional, remetendo a aprendizagem das competências associadas ao desenvolvimento pessoal, às relações interpessoais e quotidianas e aos estilos de vida, para outros contextos como a família, os amigos, a televisão e a Internet.

Se é do consenso geral a necessidade de uma escola com qualidade e eficácia pedagógicas capazes de gerar competências técnicas e científicas, convém lembrar que as crianças e jovens passam nas escolas uma parte substancial do seu quotidiano e que uma escola de qualidade tem, necessariamente, de estar aberta aos temas da vida e da sociedade.

Em matéria de promoção da saúde, a escola tem um importante papel a cumprir. E a saúde, de acordo com a própria definição da OMS, não é só a ausência de doenças mas antes a promoção do bem-estar físico e psicológico o que nos leva a concluir que uma escola de qualidade tem necessariamente que se preocupar com o crescimento global das crianças e dos jovens que a frequentam.

Para que mais tarde não se venham a lamentar as gravidades não desejadas, as maternidades precoces ou as situações de violência no namoro que poderiam ter sido evitadas através da implementação de políticas educativas de promoção da saúde e da cidadania por escolas de qualidade que vêem as crianças e os jovens como um todo, vamos então acreditar na hipótese positiva.

dos estudos. A vida escolar dos filhos influencia directamente a vida familiar ao nível das contribuições educativas, dos aspectos financeiros e na organização de horários quotidianos, férias e ritmos de vida.

- Aumento da esperança de vida com a possibilidade de coexistência de quatro gerações na mesma família. Esta nova realidade introduz novas dinâmicas e problemáticas na vida das pessoas e das famílias.
- Preocupações com os direitos humanos (direitos das mulheres, das crianças, das minorias) o que contribui para uma melhor comunicação, formas mais democráticas de relacionamento entre todos, exercício da parentalidade mais positivo, uma maior autonomia e uma mais justa repartição das tarefas domésticas entre homens e mulheres. O clima familiar está mais centrado na intimidade, privacidade, no companheirismo e na procura de bem-estar para todos.

Hoje as transformações que ocorrem na forma de se ser masculino com novas funções, papéis, formas de expressão de afecto e de competências no cuidar, exigem reflexão e mudanças nos direitos do homem na família (por exemplo, igualdade de oportunidades na guarda dos filhos no caso dos divórcios).

Todavia a família tem sido considerada não só o maior lugar de amor mas também de violência. Não poderemos deixar de referir a grave situação de violência doméstica existente e de referir que Portugal tem um elevado número de casos de negligência e maus-tratos sobre mulheres, idosos e crianças.

- Pertinência dos meios de comunicação social numa sociedade global, tecnológica e de informação. Especial destaque deverá ser feito à televisão e ao papel espacial e temporal que ocupa numa casa e à informação transmitida e à apresentação de modelos de ser família.
- Procriação medicamente assistida que teve avanços extraordinários desde 1978 - data da primeira fertilização *in vitro* - sendo uma área em que se prevê a continuação de grandes progressos científicos e tecnológicos. Muitas famílias são hoje formadas por novas técnicas de reprodução.
- Miscigenação e circulação das pessoas nomeadamente na Europa. As amizades entre pessoas de países diferentes e os casamentos mistos aumentaram exponencialmente.

Portugal tem um passado de grande mobilidade geográfica ligada à emigração.

- Diversidade de religiões e seitas, assim como de ateus e pessoas sem religiosidade.
- Mecanização da vida quotidiana: rápidos meios de transporte, variadíssimos electrodomésticos e outras aquisições facilitadoras da vida quotidiana. A utilização dos telemóveis e dos computadores introduz mudanças na vida de cada um e entre os membros de uma família ainda insuficientemente estudadas.

Em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, ocorreram profundas e rápidas transformações num clima de liberdade e de procura de um mundo mais ético e justo. Enumerando algumas: possibilidade legal do divórcio; termina a figura de “chefe de família” atribuída ao homem e de todos os seus poderes (por exemplo, as mulheres precisavam da autorização do marido para se ausentarem do país); estatuto de filho ilegítimo (registado no bilhete de identidade); generalização de escolas mistas, isto é, para rapazes e raparigas; salário igual para trabalho igual o que traz maior equidade entre homens e mulheres.

Em 1976 a Constituição da República Portuguesa é um alicerce das transformações, ideologias e anseios deste país em construção.

Muitas destas transformações não estão asseguradas, como muito bem sabemos, mas constituem marcos palpáveis do movimento civilizacional.

A família: tendências e diversidades

Portugal é hoje um país de grandes diversidades e onde coexistem famílias abertas e cosmopolitas com todas as características da modernidade e famílias muito tradicionalistas, organizadas à volta de valores morais e de hábitos de vida conservadores, com papéis de género rígidos e estilos educativos autoritários.

Aumentaram as situações de casais com coabitação sem casamento formal e de coabitação como experiência pré-matrimonial, aumentaram também os filhos nascidos fora do casamento.

Quanto à composição familiar acresce-se que os casais têm, hoje, menos filhos, mais tarde e mais espaçados. A acentuada queda da natalidade (1,3 nascimento por mulher em idade fértil) começou na década de 70 do século passado sendo todavia parcialmente compensada pelos nascimentos nas famílias de imigrantes.

A recente existência legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo situa Portugal no mundo como um país civilizado.

Uma problemática da sociedade contemporânea é a gestão do individual e do colectivo, no interior da família, numa época em que os percursos pessoais de vida se diversificam e autonomizam. Cada casal, cada família confronta-se com a existência de projectos pessoais e necessidade de autonomia de cada um e da necessidade de harmonia e coesão do conjunto de pessoas (pais e filhos, entre o casal, geração mais velha e seus desejos).

Mas urge escrever que Portugal é também um país de grandes desigualdades sociais e económicas não podendo deixar de referir os problemas dramáticos de muitas famílias economicamente pobres. A situação de crise económica e o aumento do desemprego (superior a 11%) e de empregos

insuficientemente remunerados impõe no dia-a-dia vulnerabilidades, amarguras e dramas de pessoas com falta de recursos económicos, acumulação de fragilidades e percursos de desfiliação social (Giddens, 2001).

Assim, os percursos da marginalização e de desvalorização social das famílias bem como a tão comum situação de dependência de múltiplos serviços e de instituições de solidariedade, nomeadamente de caridade, produzem desencorajamento e resignação. As famílias multiassistidas e multidesaafiadas apresentam dificuldades na expressão de expectativas e vontades emitindo, frequentemente, discursos centrados em necessidades.

A família e suas funções

A família, porque foi capaz de se transformar com os questionamentos e as novas exigências da esfera social, política, económica, cultural e científica, sobrevive como célula básica da sociedade continuando a desempenhar importantes funções estruturais de desenvolvimento e realização pessoal, socialização, sustentação, protecção, referencial, assim como de expressão de sexualidade entre o casal.

Espaço de interface entre o individual e o social, de amadurecimento de valores e projectos individuais e de grupo com os seus traços comuns e divergentes é ainda um espaço de aprendizagem e de reelaboração das aprendizagens ocorridas fora da família. Referida como matriz cultural costuma-se atribuir-lhe o melhor "cimento social" para assegurar os valores cívicos e os hábitos de cidadania da comunidade envolvente.

Entre as funções positivas da família, Rodrigo & Palácios (1998) salientam ser cenário de: construção de pessoas adultas (auto-estima, sentido de si, bem-estar); de preparação e aprendizagem para afrontar riscos e assumir responsabilidades e compromissos; de encontro intergeracional e de ponte entre o passado e o futuro; rede de apoio social para diversas transições vitais adultas (encontro de companheiro, procura de trabalho, de casa, de novas relações, reforma, velhice). Sobre esta última função escrevem: "A família é um núcleo que pode dar problemas e conflitos, mas também constitui um elemento de apoio frente às dificuldades surgidas fora do âmbito familiar e um ponto de encontro para resolver as tensões surgidas no seu interior"

Estes autores relevam ainda como funções positivas específicas das famílias com filhos: assegurar a sobrevivência dos filhos, o seu crescimento saudável e socialização; proporcionar um clima de afecto e apoio; dar aos filhos o estímulo que faz deles seres capazes de se relacionar competentemente com a sua envolvência física e social; tomar decisões em relação à abertura a outros contextos educativos que vão partilhar com a família a tarefa de educação do rapaz e rapariga.

Considerações finais

A família enquanto objecto de estudo exige interdisciplinaridade e a mobilização de vários campos de saber como a produção científica nos tem provado. E, recursivamente, os estudos sobre família têm influenciado áreas como a Sociologia, Psicologia, Antropologia, História, Demografia, Economia, Sexologia, Política, Saúde, Educação e Arquitectura.

Tem a família sobrevivido enquanto célula básica da sociedade graças ao seu poder de adaptação às transformações sociais ocorridas, sendo mesmo um espaço de compreensão dessas mesmas mudanças.

À complexidade descrita acrescenta-se o cunho de implicação e de subjectividade de um tema que invade a reflexão sobre ele. Ninguém é indiferente ao assunto, à própria palavra "família" e à sua simbologia, suscitando em nós sentimentos, atitudes, ambivalências, ideias e valores a defender. Tendo em conta as subjectividades teremos que opor a uma linguagem desgastada, normativa e determinista de que "as famílias são assim..." ou "as famílias são assado..." uma visão aberta a constantes reformulações e impregnada de confiança nas competências das pessoas e das famílias numa linha de criatividade e de empoderamento.

Referências bibliográficas

- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.
- Giddens, A. (2001). *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta.
- Rodrigo, M.J. & Palácios, J. (1998). *Família y Desarrollo Humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Santos, Milice (2002). Família e sexualidade – narrativas e quotidianos. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, nº 35, pp.16-19.

forma frequente e sistemática. Neste artigo apenas me irei debruçar sobre a metodologia de intervenção prolongada, pois para além de ser aquela em que exclusivamente trabalhei, parece-me que é a que produz melhores resultados ao longo do tempo de vida de cada indivíduo e, portanto, é preferível a qualquer outro tipo de intervenção.

Diagnosticando Situações e Sugerindo Resoluções

1 Identificação do Problema e Diagnóstico da Situação

Os programas de promoção da saúde, segundo Bennett e Murphy (1999), são utilizados com vista a "alterar as normas sociais e ensinar técnicas de resistência à influência das normas não saudáveis". Neste sentido, é importante identificar a problemática da população-alvo e compreender as suas necessidades e como se processa a comunicação/interacção no interior dos grupos.

Para que seja possível a identificação do problema do grupo-alvo é essencial ter conhecimento prévio das intervenções realizadas na área, o que não aconteceu no presente caso. A recolha das necessidades processou-se através da avaliação quantitativa e qualitativa realizada durante a 1ª sessão, que foi planeada com esse mesmo propósito. Foi através desta recolha de informação que se tornou possível planejar as temáticas a trabalhar nas sessões precedentes. Através da observação naturalista durante a 2ª sessão de intervenção, foi possível reconhecer diferenças da adequação das estratégias utilizadas para a introdução dos conteúdos, o que permitiu o planeamento de actividades, a implementar na 3ª sessão, que reconhecessem essas diferenças.

Para que haja uma completa e eficaz identificação do problema a trabalhar, é fundamental, também, o apoio de parcerias institucionais sediadas nas imediações locais, que trabalhem com membros da população-alvo e, daí, tenham uma maior percepção das necessidades e processos de comunicação/interacção desta. Neste sentido, é de salientar a dificuldade na obtenção de recursos, quer humanos, quer técnicos, quer logísticos, que apenas deixou de parte a possibilidade de melhorar a intervenção realizada pelo SPO. Fica o agradecimento à disponibilidade e acessibilidade concedida pela Associação para o Planeamento da Família (APF).

Por último, é essencial ter em conta a falta de experiência e formação na área da SSR e na esfera do planeamento e realização de projectos na área da saúde das técnicas do SPO, dificuldades contornadas pela parceria com a APF e pelo facto de eu própria me encontrar a realizar uma Formação nesse âmbito. No entanto, a Escola, enquanto instituição inserida no Programa Nacional de Saúde Escolar, teria como mais-valia se contasse com técnicos especializados no assunto, para além de um maior número de técnicos consoante o

maior número de grupos-alvo de intervenção, e se desenvolvesse com maior persistência e proximidade as relações com parceiros institucionais relevantes para a temática.

2 Estabelecimento de Objectivos e Determinação de Estratégias

Os objectivos iniciais propostos para este plano de intervenção não foram totalmente atingidos, sendo os motivos para este facto múltiplos, que passamos a expor.

Em primeiro lugar, os objectivos gerais foram delineados com base na teoria desenvolvida em torno da prática na área da SSR antes de se ter conhecimento da disponibilidade real de tempo e de recursos para as intervenções e de quais as turmas que iriam ser alvo das mesmas.

Nomeadamente, o pedido de intervenção por parte de 14 turmas do ensino secundário – de relevância não só a quantidade como a diversidade da população –, aspecto que, associado à baixa quantidade de recursos humanos disponíveis, gerou a impossibilidade de concretizar uma intervenção contínua, frequente e estruturada com os grupos-alvo.

O pedido do CES em relação ao horário da intervenção ser exclusivo ao horário escolar das respectivas turmas, implicando a cedência de aulas por parte dos professores, demonstrou-se como uma grande dificuldade, uma vez que coube às dinamizadoras do PI o contacto e acordo com os professores de cada turma sobre o horário onde iria recair a intervenção em SSR. Assim, para além de alguns professores não se mostrarem disponíveis, os que se mostraram tinham que limitar a sua disponibilidade devido às exigências ministeriais de assegurar a leccionação dos conteúdos programáticos das disciplinas, o que, mais uma vez, se impunha como uma barreira para a concretização de uma intervenção contínua, frequente e estruturada.

Neste tipo de intervenção pretende-se que as sessões tenham uma frequência e continuidade pré-estabelecida, com um horário e local próprios para o seu desenrolar. Isto não só elimina trabalho desnecessário aos técnicos, focando os recursos nos objectivos, como possibilita ao público-alvo a manutenção do entusiasmo e motivação, promove a sistematização do tema na comunidade e a organização de rotinas e permite diminuir o absentismo no projecto.

O estabelecimento de um número de sessões equivalente para todas as turmas manifesta-se uma vantagem para intervenções futuras com os respectivos alunos, já que se encontram no mesmo patamar de conteúdos abordados. Todavia, este aspecto não deverá limitar as intervenções futuras, pois é necessário ter sempre em conta que as turmas são heterogéneas, logo, apresentam uma grande diversidade tanto na assimilação de conhecimentos e comportamentos como de compreensão e exposição destes.

Associado ao factor disponibilização de aulas encontra-se

a descontinuidade do número de alunos em cada intervenção, já que, tendo estas que decorrer em aulas de disciplinas distintas, muitas vezes os alunos não estavam inscritos em todas as disciplinas do seu ano lectivo, já tendo em conta o absentismo escolar de alguns. Esta variável não foi, de todo, controlada pelas dinamizadoras, não só por esquecimento da nossa parte mas também por condicionamento da escolha do horário para a intervenção.

Estas variações podem ter influenciado os resultados, pois apesar de os alunos a que foi aplicado o Questionário de Conhecimentos sobre Sexualidade – parte B do Inquérito utilizado no estudo “A Educação Sexual dos Jovens Portugueses – Conhecimentos e Fontes” desenvolvido pela APF e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICSUL), gentilmente cedido –, em situação de pós-teste serem os mesmos a quem foram aplicados em situação de pré-teste, não conseguimos garantir que todos esses alunos tenham assistido e participado nas sessões intermédias. Ainda assim, chegou-se à conclusão que os resultados obtidos em pós-teste foram melhores que os obtidos em pré-teste, o que parece indicar que uma intervenção continuada pode conduzir a uma melhor aquisição de conhecimentos e possível alteração de atitudes, crenças e consequentemente comportamentos.

Seria interessante sugerir a concretização, no futuro, de uma intervenção mais prolongada, ao longo do ano lectivo, com maior quantidade de sessões, possibilitando verificar de um modo mais expressivo esta alteração nos comportamentos e atitudes dos alunos.

Ficaram por abordar outros conteúdos igualmente fulcrais para o desenvolvimento da responsabilidade e da consciência ao nível da SSR, sugerindo-se que em intervenções futuras, com mais tempo e recursos, estes possam ser devidamente trabalhados.

3 Elaboração do Plano de Acção

Para que este tipo de Programas decorra o melhor possível, é essencial definir inicialmente as responsabilidades e competências que cabem a cada técnico, a disponibilidade e envolvimento que cada técnico e parceria pode dar, para além do modo como se irá planear a intervenção e recursos necessários e disponíveis na comunidade.

Como foi acima referido, a disponibilidade técnica e humana para colocar em prática intervenções com tantas turmas não era suficiente, pelo que tivemos que optar por realizar intervenções únicas para além das intervenções prolongadas inicialmente propostas.

No que toca à intervenção prolongada propriamente dita, esta, a certo ponto, pressupôs que se utilizassem estratégias diferentes com as diferentes turmas, devido à diversidade da população. Observaram-se posturas e comportamentos distin-

tos entre turmas – especialmente entre a turma 1 e as outras duas turmas – durante a 2ª sessão de intervenção, para além de conhecimentos diferentes sobre SSR registados através do Questionário aplicado na avaliação inicial, o que levou à necessidade de adaptação da intervenção na 3ª sessão.

A turma 1 possuía características específicas como o facto de 80,95% de indivíduos ser do sexo masculino, com uma média de idades igual a 16,35, um grau de maturidade inferior para a reflexão sobre as temáticas sexuais e para a percepção da importância das mesmas para as suas vidas, bem como uma aceitação mais negativa da natureza da actividade desenvolvida na 2ª sessão. Comparativamente, a turma 3 era composta por 76,9% de indivíduos do sexo feminino, com média de idades igual a 17,4, um grau de maturidade superior para a reflexão sobre as temáticas sexuais e para a percepção da importância das mesmas para as suas vidas, bem como uma aceitação positiva da natureza da actividade desenvolvida no decorrer da 2ª sessão. Na turma 2 registou-se um maior equilíbrio entre rapazes e raparigas (apesar do número destas ser ligeiramente superior), com uma média de idades igual a 16,26 anos, um grau de maturidade para a reflexão sobre as temáticas sexuais e para a percepção da importância das mesmas para as suas vidas mais equilibrado entre os diferentes elementos, bem como uma aceitação positiva das dinâmicas desenvolvidas durante a 2ª sessão.

Estas diferenças impuseram-se como condicionantes da receptividade às actividades propostas e da capacidade de interesse e motivação para a realização das mesmas, tal como condicionantes do aumento e consolidação dos conhecimentos sobre as temáticas abordadas. Mais uma vez, é visível a necessidade de uma intervenção mais prolongada do que a que ocorreu, de modo a detectar com maior eficácia e objectividade estas diferenças e como forma de responder mais adequadamente às necessidades da população-alvo em termos de SSR. No futuro, será importante considerar a diversidade da população, não como factor discriminatório, mas enquanto factor essencial a ter em conta nas estratégias adoptadas e nos conteúdos trabalhados, pois uma intervenção deve ser permanentemente adequada às especificidades do grupo-alvo.

Por fim, ficaram por pensar e desenvolver meios para apresentar e divulgar os resultados do PI. Esta proposta de acções revela-se como importante para promover a sensibilização da comunidade escolar para a Educação para a SSR, bem como informar e esclarecer dúvidas sobre os conteúdos temáticos da SSR dos elementos desta comunidade.

4 Avaliação

No que concerne a avaliação do desempenho e do impacto e a avaliação do funcionamento do PI, esta apresenta algumas

falhas próprias da inexperience do pessoal técnico. A saber, o número variável de alunos em cada sessão de intervenção revela-se como condicionante da avaliação, uma vez que a avaliação quantitativa realizada, através do Questionário de Conhecimentos, debruçou-se sobre indivíduos diferentes. Com isto quer-se dizer que a diferença registada na primeira avaliação e na final pode afectar o resultado da avaliação dos conhecimentos assimilados pelos alunos – já para não falar da avaliação dos comportamentos alterados pelos mesmos, já de si afectada por factores acima referidos – e a avaliação da eficiência do próprio PI, uma vez que não são dados avaliativos totalmente válidos cientificamente.

No que diz respeito às técnicas utilizadas para realizar a avaliação, é de referir que, numa primeira sessão, foram utilizadas tanto técnicas quantitativas – Questionário de Conhecimentos – como qualitativas – Entrevista com Grupos Focais e Caixa-de-Perguntas –, com o objectivo não só de avaliação do PI e das alterações decorridas nos grupos-alvo após a intervenção, mas também com o objectivo de recolha de informação sobre as necessidades da população, essencial para o planeamento das sessões posteriores. Contudo, na última sessão de intervenção, devido a dificuldade na gestão do tempo e limitação do mesmo, a avaliação final foi realizada apenas ao nível quantitativo, manifestando-se como um défice, já que a avaliação seria tanto mais completa e válida consoante a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas.

A avaliação intermédia, ainda que qualitativa e não sistematizada, foi importante, apesar de fazer mais sentido em intervenções com um maior número de sessões e com um melhor planeamento e sistematização. Esta avaliação acabou por ser feita através da observação da dinamizadora e através do feedback oral dado por alguns alunos, durante a 2ª sessão de intervenção continuada, o que permitiu adequar a intervenção na 3ª sessão.

Considerações Finais

Em jeito de balanço final, pode-se constatar uma melhoria ao nível dos conhecimentos adquiridos pelos alunos no período de intervenção de 4 sessões, nas 3 turmas, apesar das variáveis não controladas e dos factores limitativos de uma intervenção adequada referidos anteriormente neste artigo.

Como é de imaginar e, neste caso, foi possível confirmar na prática, a prevenção de comportamentos de risco não surge apenas pela boa-vontade e disponibilidade dos técnicos ou das instituições, é necessária uma coordenação e organização estruturada e flexível. As críticas e sugestões apresentadas por este e por outros projectos de intervenção

em SSR constituem contributos essenciais para melhorar futuras intervenções.

Considerando que a Sexualidade é uma esfera fundamental na vida de uma pessoa e da sociedade, o investimento em quantidade e em qualidade neste tipo de projectos parece-me determinante. Sendo o espaço Escola, de facto, um dos locais mais privilegiados para a ocorrência deste tipo de projectos, isto não significa que se desresponsabilize a Família ou a Comunidade, que também poderão encontrar, neste espaço ou noutros, meios e estratégias que lhes permitam saber lidar com a sua Sexualidade e a dos seus de forma saudável, responsável, consciente, livre e informada.

Referências bibliográficas

- Antunes, M. T. (2007). *Atitudes e comportamentos sexuais de estudantes do ensino superior*. Coimbra: FORMASAU.
- Associação para o Planeamento da Família & Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (s.d.). *Inquérito: a educação sexual dos jovens portugueses – conhecimentos e fontes*. (não publicado). Lisboa
- Bennett, P., & Murphy, S. (1999). *Psicologia e promoção da saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Carpintero, E. (2004). *Prevenção de riscos associados ao comportamento sexual: gravidez não desejada, DST e SIDA*. Lisboa: Associação para o Planeamento Familiar.
- Fonseca, T. (Coord.) (2001). *Educação sexual: guia anotado de recursos*. Lisboa: CCPES, DEB, DES, IIE.
- Gomes, F. S. & Silva, D. B. (2006). Conhecimentos, atitudes e comportamentos sexuais em adolescentes portugueses sexualmente activos e não-activos, estudantes do 9º ao 12º ano de escolaridade. In Leal, I., Ribeiro, J. P., & Jesus, S. N. (Org.), *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Saúde, Bem-estar e Qualidade de Vida* (pp. 713 – 719). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Marques, A. M. & Prazeres, V. (Coord.) (2000). *Educação sexual em meio escolar: linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação, Ministério da Saúde.
- Ministério da Saúde (2006). *Programa Nacional de Saúde Escolar*. Acedido em 20 de Fevereiro, 2008 em www.min-saude.pt/NR/rdonlyres/4612A602-74B9-435E-B720-0DF22F70D36C/0/ProgramaNacionaldeSa%C3%BAdeEscolar.pdf
- Sampaio, D. [et al.] (2007). *Relatório Final de Grupo de Trabalho de Educação Sexual*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Santos, A.C., Ogando, C. & Camacho, H. (2001). *Adolescendo – Educação Sexual na Escola: Da teoria à prática*. Lisboa: Editora Didáctica.

Sexualidade e Sociedade

Pensar sobre a (s) família (s)

Os seres humanos desenvolvem-se em “unidades sociais” que podem ser designadas por “famílias”, podendo estas apresentar-se de formas diversificadas no que respeita à constituição, organização, estrutura, padrões, expectativas e papéis dos seus membros.

As “famílias”, consideradas como “unidades fundamentais da sociedade”, independentemente das suas estruturas e organizações, têm um papel essencial para o desenvolvimento humano dado constituírem o lugar onde se iniciam as manifestações afectivas que provocam mudanças interiores e que se movem entre dois extremos: prazer/desprazer, excitação/tranquilidade, tensão/relaxamento, aproximação/rejeição e activação/bloqueio. O “alimento afectivo” é tão imprescindível como o alimento orgânico.

As “vivências afectivas” que se desenvolvem com os membros da família (pais, irmãos, tios, primos, avós, ...) têm repercussões no desenvolvimento da pessoa, na sua personalidade e na sua inserção no mundo social e laboral.

As famílias sofrem influências dos contextos político, económico e cultural nos quais se encontram inseridas e as mudanças ocorridas no seio familiar atingem, simultaneamente, aspectos institucionais da realidade familiar como as identidades pessoais e as relações mais íntimas entre os membros da família. Para além da adaptação às mudanças referidas e às decorrentes do crescimento dos seus membros, a família ainda se deve envolver na manutenção do bem-estar de cada um, promovendo a estabilidade nas relações familiares.

Presentemente tende-se a considerar “família” como um grupo social fundado, essencialmente, em laços de afectividade. Incluem-se aqui as diversas modalidades atípicas de vida familiar, desde a referência a parentescos relativamente difusos, que não passam pelo casamento, a famílias institucionais decorrentes de relacionamentos matrimoniais.

A família contemporânea não pode ser definida apenas pelos laços de consanguinidade, por um lado, por ser cada vez reconhecido como mais importante a qualidade do vínculo e do afecto que permeia o meio familiar e que liga os seus membros e, por outro, pelo facto de existirem inúmeras combinações e formas de interacção que constituem os diferentes

tipos de família, designadamente: nuclear tradicional, reconstruída, monoparental, homossexual...

O reconhecimento de entidades familiares heteroafectivas e homoafectivas vem sendo aceite com mais naturalidade na sociedade portuguesa, reconhecendo-se estes novos estilos de vida e novos “arranjos” familiares como decorrentes do profundo processo de mudança que envolve os aspectos sociais.

A família é considerada como primeira instituição mediadora entre o ser humano e a cultura e a matriz da aprendizagem humana. É na família que as pessoas iniciam a aprendizagem das diferentes formas de existir, de ver o mundo e de construir as suas relações sociais.

Alguns estudos referem que é no ambiente familiar que a criança começa a aprender a administrar e a resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida e que essas habilidades sociais e a sua forma de expressão têm repercussões noutros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, accionando aspectos salutares ou provocando problemas e alterando a saúde mental e física dos indivíduos.

No mundo moderno assiste-se a uma partilha maior das tarefas educacionais e de socialização com outras instituições que passam a ser co-responsáveis e que influenciam as “culturas familiares” e são influenciadas por elas. As duas instituições com maiores responsabilidades nessas duas tarefas são a família e a escola pelo facto de constituírem ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsoras ou inibidoras quer do desenvolvimento quer da aprendizagem de cada pessoa.

A sociedade actual continua a passar por um processo socio-cultural de re-diferenciação e de redefinição da família.

Não existe uma configuração familiar ideal, o que deve existir é a entidade familiar vocacionada, efectivamente, para promover a dignidade e a realização da personalidade dos seus membros, integrando sentimentos, esperanças e valores de forma a assumir-se como o alicerce primordial para o alcance da felicidade.



Competências Pedagógicas

A abordagem deste tema pretende, em termos de:

Conhecimentos – contribuir para que cada aluno adquira saberes relacionados com:

- O conceito de família e a respectiva evolução
- Os aspectos relacionados com o que as famílias proporcionam ao ser humano

Capacidades – contribuir para que cada aluno seja capaz de:

- Percepcionar os aspectos de natureza diversa que as famílias proporcionam
- Tomar consciência do seu papel na família e do que pode proporcionar à mesma
- Projectar aspectos da sua família futura

Atitudes/comportamentos – contribuir para que cada aluno fique predisposto a:

- Reconhecer os aspectos positivos que a sua família lhe proporciona assim como os que poderá retribuir
- Sensibilizar-se para integrar outras perspectivas de pensar sobre as famílias

Desenvolvimento da actividade “Pensar sobre a (s) família (s) ”

- O/a professor/a distribui uma folha onde cada aluno/a deverá registar individualmente aspectos relacionados com o que a Família de cada criança/jovem lhes proporciona ou eles proporcionam ou irão proporcionar (Anexo 1 para o 1º ciclo; Anexo 2 para os 2º e 3º ciclos; Anexo 3 para o Ensino Secundário);
- Os alunos dispõem de 5 minutos para completarem as respectivas fichas. As folhas não deverão ser assinadas. Seguidamente são recolhidas pelo/a professor/a que irá registar no quadro alguns dos aspectos referidos pelos alunos de modo a integrar os vários contributos assinalados na ficha;
- Quando estiver finalizado o registo no quadro, deverá ser objecto de análise e debate em sessão de grupo. Algu-

mas questões /sugestões poderão ser colocadas de modo a dinamizar a sessão e tendo em conta a faixa etária dos alunos/as, designadamente:

- ❖ Será que as famílias são muito diferentes umas das outras?
 - ❖ O que torna as famílias singulares ou únicas?
 - ❖ Que outros aspectos poderíamos considerar neste registo de ideias (apontar para o quadro)?
 - ❖ Quais as funções da família? (protecção, segurança, afecto, valores, outros)
 - ❖ Os aspectos salientados sobre as famílias foram mais positivos ou mais negativos?
 - ❖ Existem famílias “problemáticas” ou todas as famílias têm problemas?
 - ❖ Qual a importância da família? Precisamos todos/as de uma família?
 - ❖ Uma pessoa que viva sozinha é “uma família”?
 - ❖ Qual ou quais os aspectos registados que consideram ser mais importantes?
 - ❖ Nem sempre as famílias representam “o porto de abrigo” para uma pessoa. Neste caso, qual a melhor alternativa para essa pessoa?
 - ❖ O que por vezes falha numa família? A comunicação, por exemplo, consideram que as famílias comunicam bem?
 - ❖ Existem famílias “perfeitas”?
 - ❖ Qual a importância da existência de regras/normas na família?
 - ❖ Podemos considerar os nossos amigos como elementos da nossa família?
 - ❖ Que tipos de família (re)conhecem (tradicionais, recompostas, monoparentais, adoptivas, homossexuais, comunitárias?)
- Etc.

- Finda a exploração da actividade, o professor poderá complementar com uma leitura, uma citação de um/a autor/a contemporâneo/a, uma narrativa, um poema, com a elaboração de uma pintura ou outras actividades sobre o tema famílias.



Anexo 1

O que a minha família me proporciona...




Anexo 2

O que eu proporciono à minha família...



Anexo 3

O que eu penso proporcionar à minha futura família...



- Envolver vários prestadores de serviços e estabelecer parcerias entre organismos
- Promover campanhas de informação ao público

■ **Domínio de Acção - Serviços de saúde**

- Encorajar a participação dos jovens na concepção, implementação e avaliação dos serviços de saúde dirigidos a esta população
- Maximizar a acessibilidade
- Oferecer uma grande variedade de serviços, assegurar a sua qualidade e confidencialidade
- Prestar aconselhamento como parte integrante dos serviços
- Admitir as diferentes necessidades de rapazes e raparigas
- Adoptar uma abordagem baseada nos direitos de cada utente
- Alcançar jovens vulneráveis
- Chegar à população jovem em vários locais
- Tornar os serviços financeiramente viáveis

■ **Domínio de Acção – Acesso à contracepção**

- Encorajar a participação
- Melhorar os conhecimentos dos/as jovens sobre métodos contraceptivos
- Disponibilizar um leque diversificado de profissionais e de serviços, assegurar a sua qualidade e confidencialidade
- Fornecer uma grande variedade de contraceptivos
- Assegurar atitudes positivas por parte de quem presta o serviço
- Minimizar o medo de ser julgado, o estigma e a discriminação
- Tornar os contraceptivos economicamente acessíveis para a população jovem

■ **Domínio de Acção – Infecções sexualmente transmissíveis (IST) e VIH/SIDA**

- Encorajar a participação dos jovens e da sociedade civil
- Promover a educação para a prevenção
- Fornecer um espectro alargado de serviços relacionados com as IST e o VIH

- Criar programas abrangentes de prevenção face às IST e ao VIH, estabelecer políticas e programas sobre IST e VIH de longo prazo
- Melhorar o acesso aos preservativos
- Promover a dupla protecção
- Formar prestadores de serviços na área da prevenção, tratamento e cuidados relacionados com as IST e o VIH
- Disponibilizar aconselhamento de qualidade
- Encorajar e promover o aconselhamento e testes voluntários
- Reduzir o estigma/exclusão e a discriminação relacionados com o VIH
- Discriminalizar o VIH
- Ter presentes as questões da diversidade e da vulnerabilidade

■ **Domínio de Acção – Gravidez não desejada e aborto seguro**

- Definir claramente os motivos pelos quais se pode realizar um aborto
- Assegurar que o limite legal de semana de gestação seja bem conhecido
- Assegurar que o consentimento parental ou de uma pessoa adulta não é obrigatório
- Prestar serviços de aconselhamento de qualidade
- Assegurar um acesso geográfico alargado e minimizar o estigma
- Assegurar a boa qualidade dos serviços
- Formar e apoiar profissionais de saúde que prestam os serviços
- Definir uma posição legal clara sobre a objecção de consciência
- Fornecer informação facilmente acessível
- Assegurar que o aborto é financeiramente acessível a todas as jovens mulheres
- Promover políticas de prevenção
- Assegurar que as mulheres (as jovens incluídas) tomem as suas próprias decisões

A versão portuguesa, traduzida e adaptada pela APF, encontra-se disponível no Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva www.apf.pt



■ Jovens, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Direitos Humanos e Saúde Sexual e Reprodutiva

Com textos de Inês Malta, Iasmina Gonçalves e Magda Alves e produzida pela APF no âmbito do Projecto Countdown Europe **2015** em parceria com o Conselho Nacional da Juventude, esta folha de dados centra-se muito especificamente nas múltiplas questões da população jovem e desafios que se impõem face aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio já que "(...) A globalização, as transformações na economia, educação, comunicação, demografia, ambiente, tecnologia e cultura revolucionaram aquilo que significa ser jovem, assim como a propagação do VIH/SIDA, os conflitos armados e as migrações(...)"

Da mesma forma, também o compromisso assumido em 1995 pelos governos de todo o mundo em proporcionar melhor acesso à informação, educação e serviços de saúde sexual e reprodutiva para todas as pessoas jovens não foi cumprido o que teve e continua a ter efeitos negativos nos direitos e vidas da população jovem a nível mundial.

(Esta Folha de Dados encontra-se disponível no Portal de Saúde Sexual e Reprodutiva, www.apf.pt)



■ Campanha de Verão 2011 - Ou fazes bem, ou não há nada para ninguém!

Entre os meses de Maio e Setembro, a APF promoveu a **Campanha de Verão Ou fazes bem, ou não há nada para ninguém!** Essencialmente dirigida à população jovem, através da mensagem **O uso de contracepção não basta, é preciso usá-la correctamente**, a Campanha teve como principal objectivo apelar para o uso correcto da contracepção independentemente do método escolhido, alertando desta forma para a perda de eficácia dos métodos contraceptivos quando usados incorrectamente. Como materiais de suporte, a Campanha contou com um **postal**, um **cartaz**, **fitas de pulso**, **t-shirt** para os animadores e ainda com **uma página no Facebook**